

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Quinta Sessão Ordinária
24 – 30 de Junho 2009
Sirte, Líbia

EX.CL/524 (XV)

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO
ORIENTE E NA PALESTINA**

INTRODUÇÃO

1. A envergadura dos desenvolvimentos no Médio Oriente durante os últimos seis meses é um sinal de uma situação que está a deteriorar-se e muito mais perigosa do que o que se viveu no passado. O ataque devastador israelita contra a Gaza, o massacre de civis, a evidência dos crimes de guerra de Israel cometidos contra civis assassinados a sangue frio, a proibição oficial do festival cultural palestino em Jerusalém; o novo Governo de coligação da linha dura israelita e as suas promessas de abandonar a ronda actual de conversações de paz, a escolha de um extremista, M. Avigdor Lieberman, como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, a sociedade colonial de duas velocidades estabelecida na Cisjordânia, são todas provas da instabilidade na região e do sofrimento do povo palestino. **Além disso**, o muro, os controlos, os encerramentos, a humilhação diária, a confiscação de terras e a destruição de casas, a continuação da guerra demográfica contra os Palestinos em Jerusalém **são muitos factores reveladores da falta de vontade das autoridades israelitas de continuar a criar um ambiente propício para negociações dinâmicas que possam ajudar a realizar a visão de uma paz segura, duradoura, equitativa e global incluindo a solução de dois Estados independentes.**

2. **O presente relatório apresenta as evoluções registadas no conflito israelo-palestino durante o período em análise. Realça nomeadamente as consequências políticas, judiciárias e humanitárias da agressão bárbara perpetrada em Dezembro de 2008 sobre a Gaza por Israel, assim como a situação económica preocupante que prevalece nos territórios palestinos.**

3. A agressão perpetrada por Israel sobre a Faixa de Gaza, a 27 de Dezembro de 2008, bem como as destruições consideráveis que provocou consequências de uma extrema gravidade sobre as populações palestinianas, colocou de novo o processo de paz num impasse. As conversações entre Palestinos e Israelitas estão no ponto morto e nota-se um recuo manifesto da solução aceite pela comunidade internacional quanto à criação de dois Estados independentes.

4. Esta guerra concretizou igualmente as tentativas israelitas de impor a paz pela via das armas, a política de opressão e do facto consumado. Ao mesmo tempo, a guerra causou um sério prejuízo aos esforços regionais e internacionais envidados com vista a relançar o processo de paz, por intermédio da realização de negociações sérias, acompanhadas de um calendário preciso, a fim de pôr um termo às colónias, à colonização e chegar a uma solução pacífica.

5. Estes acontecimentos ilustraram de igual modo a vontade manifesta de Israel de fazer fracassar as negociações com os Palestínianos, nomeadamente ao procurar tirar os pontos importantes das referidas negociações. É o que levou o Presidente da Autoridade Palestíniana, Mahmoud Abbas, a interromper as negociações com os Israelitas e recusar-se retomá-las enquanto se continuar a ignorar as questões fundamentais que constituem a pedra angular do conflito. Tratam-se, por exemplo, do fim da ocupação e da eliminação das zonas de colónias, do fim da política de colonização, incluindo o chamado desenvolvimento natural, assim como o levantamento do embargo. Em suma, as negociações sobre as questões periféricas não podem ter lugar enquanto as questões de fundo não constarem do programa das negociações.

6. Esta situação particularmente preocupante interpela a comunidade internacional, em particular o Conselho de Segurança, o Quarteto e as partes influentes. A mesma obriga-os a dobrarem os esforços para exercer a maior pressão sobre Israel para que respeite a legalidade internacional, ponha fim às violações do direito internacional e que se coloque resolutamente na perspectiva do Roteiro, bem como dos resultados da Conferência de Annapolis, de 2007.

As evoluções internas em Israel

7. O período em análise registou a formação de um Governo israelita extremista presidido por Benjamin Netanyahu; o que não augura uma melhoria da situação já grave que prevalece no terreno. Tanto mais que o novo Primeiro-ministro israelita, na sua intervenção na Knesset (NT – Parlamento), depois de o seu Governo obter o voto de confiança, a 31 de Março de 2009, reiterou a sua visão enunciada no seu programa eleitoral, segundo a qual recusa a criação de um Estado Palestíniano independente e a solução de dois Estados independentes, e que entende mudar a solução política por uma solução económica no quadro de uma autodeterminação palestíniana. Convém igualmente realçar, neste sentido, as declarações feitas por extremistas israelitas desde a constituição deste Governo, que ligam o processo de paz com os Palestínianos ao reconhecimento da judaização do Estado de Israel, o que significa a eliminação do direito ao regresso dos refugiados palestínianos, o estabelecimento por Israel de um processo de purificação étnica, a manutenção no exilo dos Palestínianos de 1948 e o não reconhecimento da solução de dois Estados.

As evoluções políticas e as iniciativas diplomáticas na cena internacional

8. Desde que o Presidente Barack Obama assumiu o poder nos Estados Unidos da América, esforços foram encetados para relançar o processo de paz. O

Enviado especial americano encarregue do processo de paz, Georges Mitchell, reiterou, no decurso da sua última digressão, em Abril de 2009, o respeito pelo seu Governo da criação de um Estado Palestiniiano independente. O Enviado especial dos EUA apelou a favor do cancelamento dos colonatos judeus na Cisjordânia, enquanto o Sr. Netanyahu afirma que os colonatos actuais devem continuar a expandir. De igual modo, durante a sua visita na região, a Secretária de Estado, Hillary CLINTON, confirmou o engajamento do Presidente Obama para a solução de dois Estados, garantindo ao mesmo tempo a segurança de Israel e o reconhecimento de um Estado Palestiniiano independente. Durante a referida visita, ela teve encontros com dirigentes palestiniianos, o Presidente Palestiniiano Mahmoud Abbas, e o Primeiro-ministro, Salam Fayyad, assim como com dirigentes israelitas, o (N.T – então) Primeiro-ministro Ehud Olmert, e o actual Primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu. Esta visita realçou o apoio contínuo da Administração Obama à solução de dois Estados. **Esta posição foi reiterada recentemente por ocasião da visita aos EUA, em Maio de 2009, do Primeiro-ministro israelita.**

9. Os países Árabes, por seu turno, rejeitam as hesitações israelitas e as políticas dilatórias exercidas por todos os Governos israelitas sucessivos para pôr termo ao conflito e instaurar uma paz global; recusam igualmente as novas orientações israelitas que visam transformar o processo de paz e as suas conquistas políticas num processo que se limita unicamente a medidas económicas e de segurança, que consolidam a ocupação e agravam cada vez mais a situação na região. Esta posição foi expressa, mais uma vez, durante a Cimeira da Liga dos Estados Árabes que se realizou em Doa, em Março de 2009.

10. Durante o período em análise, a Liga dos Estados Árabes e o Comité Ministerial árabe encarregue da Iniciativa de Paz Árabe prosseguiram os seus esforços e os seus contactos com as partes interessadas pelos esforços de paz, a fim de tomar todas as medidas necessárias com vista à realização de uma reunião ministerial conjunta com o Conselho da União Europeia e o Quarteto, com vista a explicar a posição árabe perante o processo de paz, no quadro dos resultados aceites pelos Árabes e a comunidade internacional, assim como a Iniciativa de Paz Árabe.

11. Por ocasião da visita à Jordânia do Presidente americano Barak Obama, uma reunião consultiva teve lugar em Amã, Jordânia, a 2 de Abril de 2009, na qual participaram os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, do Egipto, do Qatar, do Líbano, da Palestina, assim como o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes. Durante a referida reunião, os países árabes indicaram

claramente à parte americana que a paz global deve basear-se na Iniciativa de Paz Árabe, tomada durante a Cimeira de Beirute, da solução de dois Estados. Rejeitaram as declarações israelitas, incluindo as tentativas israelitas de ignorar os compromissos assumidos durante a Conferência de Annapolis, nomeadamente no que se refere à criação de um Estado Palestino independente e o perigo que constituem para o processo de paz, a continuação da política de colonatos, a judaização de Jerusalém, ALQODS, e o embargo imposto à Gaza.

12. Apesar dos esforços incansáveis envidados e as reuniões realizadas pelo Presidente Mahmoud Abbas com os dirigentes mundiais com vista a alcançar uma paz justa, global e duradoura na região, bem como outros esforços envidados pela comunidade internacional para dinamizar as negociações de paz entre Israel e os Palestinos, na busca de uma solução genuína e duradoura para o conflito, incluindo a solução de dois Estados, as actividades dos colonos israelitas e a violência contra civis palestinianos e as suas propriedades oferecem uma esperança mínima para o futuro do processo de paz e, de facto, têm constituído obstáculos a qualquer progresso.

A UNIDADE DO POVO PALESTINIANO

13. O Presidente palestino Mahmoud Abbas, na sua capacidade de Presidente do Comité Executivo da Organização da Libertação da Palestina (OLP) continuou o seu apoio ao diálogo nacional global de todas as facções Palestinianas. Salam Fayyad, o Primeiro-ministro Palestino, apresentou a sua demissão recentemente, numa iniciativa que poderia ser útil para as negociações. Enquanto isso, o Governo do Egipto lançou seis rondas de conversações entre facções rivais e serviu de mediano para pôr fim à divisão e promover o consenso nacional. As facções palestinianas iniciaram também conversações com vista a constituir um Governo de unidade que poderia incluir o Hamas, na esperança de quebrar o ciclo de rejeição e de resistência que já causou o sofrimento de muitos na Gaza.

14. As facções rivais palestinianas devem retomar as suas conversações no Cairo a fim de continuar o que deixaram depois de progressos insignificantes. Entre os cinco Comités palestinianos designados para discutir as questões pendentes entre o Fatah e o Hamas no Cairo, o Comité sobre as Eleições chegou a um acordo e recomendou eleições em Janeiro de 2010. A retoma das conversações coincidiu com a Cimeira da Liga dos Estados Árabes em Doa, onde a questão do relançamento do processo de paz parado figurava entre os principais pontos da agenda. Os delegados à Cimeira instaram o Fatah e o Hamas a porem de lado as suas diferenças em favor da paz

15. **Todas as iniciativas com vista a uma verdadeira reconciliação entre os Palestinos devem ser encorajadas e apoiadas pela comunidade internacional.**

AS CONSEQUÊNCIAS JUDICIÁRIAS DA AGRESSÃO CONTRA A GAZA

16. Desde o fim do ataque militar de Israel contra a Gaza, grupos Palestinos e Internacionais dos direitos humanos acusaram Israel do uso de força excessiva e de matança indiscriminada durante a referida operação. Foram feitos muitos apelos a favor de investigações de crimes de guerra que foram cometidos durante a recente ofensiva israelita em Gaza. A Autoridade Palestina, chefiada pelo Presidente Mahmoud Abbas solicitou ao Tribunal Penal Internacional (TPI) na Haia para investigar os crimes de guerra cometidos em Gaza durante o conflito. Outros Juristas internacionais submeteram a proposta de que os suspeitos fossem julgados por um tribunal estabelecido num país terceiro ao abrigo do princípio da jurisdição universal. **Esta é uma reivindicação muito legítima que deve poder beneficiar de todas as atenções de toda a comunidade internacional.**

SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

17. **As consequências humanitárias da agressão contra a Gaza foram particularmente dramáticas. Aumentaram os sofrimentos das populações palestinas e acrescentaram a precariedade da existência destas populações cuja maioria depende da assistência alimentar da ONU enquanto a economia está paralisada. Esta situação é manifestamente agravada pelo bloqueio, por Israel, do fluxo da assistência humanitária.** Apesar das autoridades israelitas terem sublinhado que estão a trabalhar no sentido de acelerar o fluxo da ajuda para Gaza, e enquanto mais camiões com alimentos entraram recentemente em Gaza do que nas semanas anteriores à operação, algumas agências humanitárias indicam que estão longe de proporcionar o suficiente, e que será preciso abrir todos os postos fronteiriços para permitir a retoma da Gaza.

18. Mesmo antes da ofensiva israelita, as agências humanitárias alertaram contra a malnutrição em Gaza, visto que a população que depende da assistência lutava para conseguir e ter acesso aos produtos como carne e legume fresco para acrescentar ao pão, arroz e ao óleo que constituem o essencial da ajuda alimentar. A ONU afirmou que existe ainda uma “falta grave” de pão, visto que as panificadoras não têm farinha e gás de cozinha.

19. Os combates danificaram os poços e as canalizações de água, ao provocar a falta do combustível necessário para bombear a água, deixando um milhão de habitantes da Gaza sem água corrente. De acordo com os serviços de distribuição de electricidade da Gaza 40 por cento da população ainda vive sem electricidade, enquanto outros 60 por cento estão a receber abastecimento intermitente, devido à falta de combustível e à danificação das linhas de transporte de electricidade de Israel e do Egipto, dos transformadores e da rede de distribuição. O abastecimento de gás de cozinha sofre redução há meses. Pequenas quantidades começaram a entrar em Gaza alguns dias depois do cessar-fogo – a partir de 22 de Janeiro de 2009 – permitindo a chegada do suficiente para cobrir cerca de 10 por cento da estimativa das necessidades semanais.

20. **Segundo fontes humanitárias**, hospitais também sofreram a falta dos abastecimentos básicos – mesmo quando era possível que estes entrassem na Faixa, problemas de segurança impediam quaisquer esforços visando levá-los aonde eram necessários. As estruturas médicas sofreram também consequências adversas com as cortes de energia e a falta de combustível, sendo obrigadas a recorrerem a alternativas de geradores e combustível que lhes eram oferecidos pela Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas (UNRWA), com a coordenação de Israel. A falta de quadros médicos qualificados e de equipamento levou quase os serviços de saúde ao colapso antes da operação de Israel, e de acordo com as NU os mesmos serviços continuam sob “enorme constrangimento”. Numa pesquisa feita junto de mais de 50 pessoas pela ‘*Care International*’, estas revelaram que enfrentam dificuldades no acesso aos medicamentos essenciais tais como antibióticos e medicamentos contra diabetes e doenças de coração – enquanto 60 por cento das pessoas afirmaram que os serviços de saúde deterioraram em consequência da operação.

21. **Ainda de acordo com fontes humanitárias**, cerca de 55.000 pessoas continuam ainda a viver nas tendas. Representantes da Gaza consideram que cerca de 4.000 edifícios residenciais e governamentais foram severamente danificados e outros 20.000 destruídos. Um inquérito inicial do Gabinete Palestiniano de Estatísticas indicou que 4.100 casas foram totalmente destruídas e 17.000 outras danificadas durante o conflito. Cerca de 1.500 fábricas e oficinas, 20 mesquitas, 31 instalações de segurança e 10 canalizações de água ou esgotos foram também danificados.

22. Porém o que se passa em Gaza não mostra a imagem total da situação. É também crucial lembrar-se do que se passa na Cisjordânia, onde a despeito das suas obrigações internacionais o Governo Israelita continuou as suas políticas de

invasão, de assassinio premeditado, de campanhas de detenções e de estabelecimento de colónias. Ocupou uma nova extensão de terras de 172 hectares, preparando o terreno para outras 2.500 casas de colonos, o que vai aumentar ainda mais os colonos sionistas, para além dos 290.000 que já vivem na Cisjordânia. Tais acções tornam evidente que Israel não quer a paz, e centra-se na conquista de terras.

23. Neste momento, cerca de 11.500 Palestinos estão nas prisões de Israel. Muitos já foram condenados, alguns estão a cumprir penas perpétuas, outros estão condenados a alguns anos e outros ainda a penas de alguns meses. Outros estão em prisão administrativa, que permite aos Palestinos manterem-se sem acusação em conformidade com um 'processo secreto' durante certo tempo limitado, muitas das vezes renovável de seis em seis meses.

24. Israel continua ainda a confiscar as terras Palestinianas e a construir novos colonatos nos Territórios Palestinianos ocupados. Neste contexto, convém sublinhar a decisão do Governo Israelita de construir novos colonatos em Jabal Abu Ghneim (o colonato de Har Homa). Além disso, as actividades de colonização foram aceleradas com vista a aumentar o número de colonos nos Territórios Palestinianos ocupados.

25. Para além disso, Israel continua a construção do "Muro do Apartheid" nos Territórios Palestinianos ocupados na Cisjordânia e nos arredores de Jerusalém. Durante o inverno passado, as forças Israelitas de ocupação confiscaram 1.200 'dunums' com o objectivo da expansão e da anexação do "Muro do Apartheid". Este confisco contínuo serve para posteriormente separar os Palestinos uns dos outros, retira a possibilidade de continuidade geográfica e mina ainda os esforços visando o estabelecimento de um Estado Palestino independente, coerente e viável. Esta situação é uma violação flagrante do Direito internacional e da Opinião Consultiva do Tribunal Internacional de Justiça. Constitui também uma ameaça grave ao processo de paz, uma violação principal das obrigações de Israel ao abrigo do Roteiro e mina todo o processo político.

QUESTÕES ECONÓMICAS

26. **A situação económica na Palestina deteriorou-se em consequência das múltiplas agressões das medidas severas de ocupação.** Um relatório muito recente das NU relativo à economia da Palestina revela que o Produto Nacional Bruto (PNB) na Cisjordânia e na Gaza "continua a sua tendência de declínio" apesar da retoma da assistência humanitária estrangeira durante o segundo semestre de 2008. O relatório responsabiliza a construção por Israel da

barreira de separação entre os factores que mais afectam negativamente a “economia destruída pela guerra” nos Territórios Palestinos ocupados. A política de encerramento e a consequente “erosão da capacidade produtiva” asfixiou o crescimento na Cisjordânia, enquanto o sítio imposto na Faixa de Gaza alargou o fosso económico entre os dois territórios. Isto aumentou os níveis de pobreza extrema no seio da maioria das famílias Palestinianas onde 67 por cento dos desempregados são jovens.

27. A ONU responsabiliza os défices orçamentais sobre retenções das taxas e das receitas de desalfandegamento que Israel recolhe em nome da Autoridade Palestiniana, que deve confiar numa posição fiscal “inerentemente dependente da boa vontade de Israel”, de acordo com o Relatório. Um outro estudo mencionou que a Cisjordânia registou “melhorias significativas” desde princípios de 2008. O estudo conclui que a supressão de mais de 100 controlos, assim como a adição de vários pontos de travessia, embora tenham sido edificados de novo mais tarde, trouxeram benefícios à economia Palestiniana. A destruição sistemática das instalações industriais, da propriedade civil, a imposição do sítio e os encerramentos provocaram a deterioração dos níveis de rendimento dos trabalhadores, comerciantes e empregadores, para além de causar um dano grave na cadeia do crescimento económico devido à redução na proporção da contribuição do sector industrial no PNB da economia Palestiniana, onde a percentagem alcançou até 11 por cento do Produto Nacional Bruto em 2007.

28. Ao mesmo tempo que Israel abriu ocasionalmente os pontos de travessia da fronteira da Gaza para a passagem de grandes quantidades de alimentos e de medicamentos, ele mantém até aqui a proibição da passagem de vidros, ferros e cimento. Israel tem também impedido a Autoridade Palestiniana a transferir dinheiro da Cisjordânia para a Faixa de Gaza com vista a pagar os salários das dezenas de milhares de Palestinos, provocando uma crise humanitária.

Conferência Internacional sobre a Reconstrução da Gaza

29. A 2 de Março de 2009, o Egipto acolheu uma Conferência Internacional para anúncios de Contribuições para a reconstrução da Gaza, para a economia palestiniana e a reconstrução da Gaza depois da recente agressão Israelita contra a Gaza. A Conferência teve lugar em Sharm El Sheik, em colaboração com a Autoridade Palestiniana. O custo da reconstrução avalia-se em três (3) mil milhões de \$EU, enquanto os doadores anunciaram mais de 5,7 mil milhões de \$EU. As doações foram superiores ao pedido dos Palestinos de 2,8 mil milhões de \$EU (dois mil milhões de Libras Inglesas) para um pacote de retoma e de reconstrução de dois anos, que vai ajudar para reconstruir casas e infra-estruturas. Se, por um

lado, deve-se elogiar o facto das necessidades urgentes da Gaza merecerem uma tal atenção, por outro, a questão de como a assistência será prestada tem-se colocado como o verdadeiro ponto problemático. Não está evidente quando é que a reconstrução poderá iniciar, por causa quer das lutas internas dos Palestinos, quer da resistência de Israel em deixar passar materiais de construção.

30. A assistência internacional à Palestina foi reduzida de um acto de apoio político para um acto de assistência humanitária. Neste contexto, o líder palestino Mahmoud Abbas informou a Cimeira no Egipto de que a assistência financeira sem o fim do conflito com Israel seria 'insuficiente'. Ele afirmou também que os Palestinos estão todos conscientes de que os esforços de reconstrução e de desenvolvimento permanecerão insuficientes, sem poder e ameaçados, se não houver uma solução política.

31. Por sua parte, a Autoridade Palestiniana anunciou um programa de reconstrução de 600 milhões de \$EU para a Faixa de Gaza destruída pela guerra. O Primeiro-ministro Salam Fayyad, que liderou o Governo, afirmou que o programa vai cobrir todas as casas palestinianas destruídas ou danificadas durante a ofensiva militar Israelita de 22 dias contra a Gaza.

CONCLUSÃO

32. Durante os últimos oito anos, não houve nem "paz" nem "processo". Foram registadas muito mais barricadas no caminho para a paz figurativa e real. As barricadas para um Acordo Israelo-Palestiniano são tão reais na medida em que existem literalmente milhares de barricadas físicas e controlos que dissecam os territórios Palestinos, e que tornam impossível para os Palestinos de uma parte do país visitar os que estão noutra parte do país, sem terem que passar por pelo menos duas ou mais barricadas. De forma figurativa, as barricadas mentais são tão presentes com uma parte que vive com decepção sobre o processo de paz, e a outra parte que vive propagando o sofrimento e o controlo das vidas quotidianas dos Palestinos.

33. Com isto na mente, existem três principais recomendações que é preciso ter em consideração pelos Governos que procuram resolver o conflito Israelo-Palestiniano. A primeira recomendação que é a mais importante é a necessidade de uma actividade diplomática contínua pela comunidade internacional a fim de manter viva a esperança de uma solução pacífica e negociada para o conflito, assim como manter o reforço e o poder das alas favoráveis à paz de ambas as partes.

34. A segunda recomendação consiste na necessidade de pôr fim às medidas e actividades da ocupação Israelita que provoca as reacções hostis dos Palestinos. A história das relações entre ambas as partes, especialmente desde o início do processo de paz em princípios dos anos 1990, mostra que a expansão Israelita das colónias ilegais nos territórios ocupados é o único factor que mais danos provoca minando qualquer esforço de paz e enfraquecendo os argumentos da ala favorável à paz na sociedade Palestiniana. Por conseguinte, é a principal causa da radicalização entre os Palestinos. Existem outras medidas Israelitas, tais como as restrições dos movimentos dos Palestinos e dos produtos palestinos, que também é preciso pôr um termo. Porém, este é parcialmente o resultado da política das colónias. Apesar da oposição verbal a estas práticas da parte quase de cada país no mundo, há necessidade de pôr uma pressão séria sobre Israel para desistir.

35. A terceira recomendação é a necessidade essencial de abrir mais postos fronteiriços, como previsto nos acordos internacionais, assim como fazer chegar maior assistência humanitária e de reconstrução necessária às populações de Gaza. Isto requer, por seu turno, a unidade do povo Palestino em torno de um Governo empenhado nos princípios da Organização da Libertação da Palestina (OLP). A União Africana deve instar todas as partes Palestinianas, assim como todos os actores regionais e internacionais a apoiarem o processo de reconciliação dos Palestinos.

2009

Relatório Da Comissão Sobre A Situação No Médio Oriente E Na Palestina

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3990>

Downloaded from African Union Common Repository